

Ata de Reunião da CSTIC - 06/02/2012

Local : ADECE

Hora: 14:00hs

Entidades presentes:

Alexandre Menezes (Titan), Cesar Cals Neto (Fiec), Francisco Soares (ADECE), Ozair Gomes (SEITAC), Paulo Mendonça Jr. (Etice), Edilson Azim (Sebrae), Vasco Furtado (Funcap), Marcus Veloso (Fiec), Rodrigo Pordeus (PMF), Adriano Bessa (BNB), Cecy de Castro (Adece), Wagner Fortes (Fecomércio), Carlos Arthur (ITIC), Ticiana Goncalves (Secitece), Aristides Pavani (CTI-NE), Thais Mesquita (ADECE), Marcial Fernandez (Etice), Janete Lucena (Titan) e Ricardo Colares (Unifor).

Entidades ausentes:

- Assembleia Legislativa;
- ASSESPRO/CE
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFCE;
- Secretaria das Cidades;
- Sefaz-CE;
- SINDIES - Sindicato das Instituições de Ensino Superior;
- UFC;

» Abertura da reunião realizada pelo Presidente da Câmara, **Alexandre Menezes (Titan)** que após dar boas vindas a todos, anunciou que a presente reunião se destinaria ao aprofundamento dos trabalhos da Câmara ora em curso, e solicitou a **Cesar Cals Neto (Fiec)** que iniciasse as discussões.

Cesar Cals Neto (Fiec) relatou a ideia do Presidente **Alexandre Menezes (Titan)** de fazer reuniões itinerantes tendo destacado a importância da reunião realizada na Unifor, bem como a reunião prevista para o próximo março, no Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Em seguida fez referência ao encontro previsto entre o Presidente e integrantes da CSTIC e o Governador do Estado do Ceará, sugerindo a elaboração de exposições de motivos sobre os temas considerados chaves pelos membros da CSTIC.

Alexandre Menezes (Titan) relatou conversações mantidas com **Roberto Smith, presidente da Adece**, onde foi sugerido foco nos pontos prioritários, evitando-se abrir leque muito extenso de questões, de forma que se obtenha resultados concretos dessa reunião. Em seguida levantou cinco temas, considerados prioritários e que têm sido objeto de análises:

- **Políticas Tributárias e Financiamento;**
- **Recursos Humanos;**
- **Polos de Tecnologia;**
- **P&D/Inovação;**

- **Compras Governamentais;**

Alexandre Menezes (Titan), Em relação ao tema **Políticas Tributárias e Financiamento**, informou que será colocado as reiteradas reivindicações levadas à Sefaz/CE, sem resultados práticos. Destacou os esforços que tem sido desenvolvidos desde 2006, e que este assunto foi objeto de exposição de motivos da CSTIC ao **Secretário Mauro Filho**, envolvendo tópicos, expostos em reuniões anteriores por **Márcio Braga (Assespro/CE)** e **Charles Boris (Assespro/CE)**. A atual situação prejudica toda a cadeia produtiva cearense, afeta diretamente a competitividade das empresas cearenses, e, na prática, traz perdas de arrecadação para o Ceará e municípios cearenses, com a migração dos locais de faturamento das empresas cearenses para outros Estados e perda de mercado para empresas situadas em outros Estados. **Cesar Cals Neto (Fiec)** considera oportuno encaminhamento deste assunto ao Governador, dado que a Sefaz tem passado a impressão de que este pleito da CSTIC é pertinente, faltando, em especial, decisão política. Assim acha que o Governador atenderá esta demanda, até porque o INDI/FIEC divulgou, há poucos dias, que a indústria de transformação cearense apresentou, em 2011, visível redução no nível de suas atividades, com resultados negativos (índice geral de queda de - 11,7%). Com certeza uma decisão favorável, por parte do Governo do Estado, viria no sentido de dar uma contribuição para reverter este quadro.

Com igual prioridade, acrescentou **Alexandre Menezes (Titan)**, constará nas exposição de motivos, a questão relativa às Compras Governamentais, pois o Decreto nº 29.644, de 06 de Fevereiro de 2009 que dispunha sobre a Instituição das Diretrizes da Política de Aquisições de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do Governo do Estado do Ceará, jamais foi cumprido. O decreto orientava que: Os órgãos/entidades do Poder Executivo Estadual, ao planejarem aquisições de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), deveriam prever contratação de fornecedores especializados no objeto e restringir a utilização do modelo de execução indireta de serviços por meio de postos de trabalho. O que se observa são empresas do segmento de asseio, limpeza e conservação, fazendo trabalhos de TI, locando simplesmente mão de obra, contrariando as boas práticas de governança de TI no setor público. Acrescentou ainda que por falta de uma política específica competente de seleção de profissionais de TI, retenção de talentos e de reciclagem profissional, consta que estas empresas estão servindo como meras repassadoras de nota fiscal. Interferências de gestores públicos estaduais e municipais, na indicação pessoal, definição de níveis salariais sem padrões, estavam ensejando, possivelmente, a caracterização de desatendimentos à legislação trabalhista. Esta situação é considerada pelo setor como incoerente, tem prejudicado as empresas de TI e ao desenvolvimento da tecnologia de informação no estado do Ceará e vai na contramão dos investimentos que estão sendo realizados na ampliação da infraestrutura de TI do Ceará.

Sobre este assunto, **Cesar Cals Neto (Fiec)**, tem a expectativa de que o Decreto nº 29.644, que segundo **Secretário Eduardo Diogo (Seplag)**, foi revogado, tenha desfecho satisfatório, por parte do Governo do Estado, com uma possível solução intermediária. Informou que leu a íntegra do decreto e o achou com excesso de detalhes, e que talvez o Governo não estivesse devidamente estruturado para cumpri-lo, o que

evidentemente não justifica o vazio atual, que tem ensejado tantas distorções. Acredita que o Governo do Estado encontrará encaminhamento semelhante ao Governo federal, que está procurando seguir diretrizes do Tribunal de Contas da União (TCU). O TCU trás recomendações claras de que as contratações de TI devem ser coerentes com o planejamento institucional e de TI, além de orientar criação de Comitês Gestores de Tecnologia da Informação e a elaboração de Planos Diretores de Tecnologia da Informação (PDTIs) nas diversas entidades públicas. As recomendações do TCU são incompatíveis com a simples locação de mão de obra. A adoção de boas práticas de governança de TI é uma exigência para a correta aplicação de recursos governamentais em todos os níveis, ou seja, federal, estadual e municipal.

Marcial Fernandez (Etice) informou das dificuldades que estão sendo enfrentadas pelo Governo do Estado em função de decisão de ordem judicial que suspendeu a licitação relativa a manutenção do "Cinturão Digital", o que ensejou a contratação provisória de serviços terceirizados. Por outro lado tem acontecido em licitações o fato de que as empresas entram com mesmo preço induzindo a realização de sorteio.

Francisco Soares (ADECE) informou que as Câmaras Setoriais de Saúde e de Comércio levaram ao Governador, a exemplo do que tem sido discutido na CSTIC, documentos encaminhado seus pleitos, e que os resultados foram positivos.

Outro tema que merecerá destaque, segundo **Alexandre Menezes (Titan)**, trata do Polo de Tecnologia, mais especificamente de parques tecnológicos, que devem ter seu escopo ampliado para atender a diversas localizações, tendo feito referências elogiosas ao modelo da PMF. **Cesar Cals Neto (Fiec)** complementou que este assunto tem sido discutido pela CSTIC e que deverá ser objeto de aprofundamento no grupo temático, considera importante as análises entre outras experiências, as implementadas pela PMF, Porto Digital (Recife), Campinas (SP) e Vale do Silício (EUA) e solicitou o apoio de **Aristides Pavani (CTI-NE)**, que tem vivenciado experiências de polos, da saúde no Ceará, e de tecnologia de Campinas (SP), entre outros. Em relação a este assunto, **Vasco Furtado (Funcap)** e **Ricardo Colares (Unifor)** reafirmaram a necessidade de que o Polo seja visto não somente como ente físico mas também considere os aspectos relativos aos recursos humanos.

Ricardo Colares (Unifor) falou que a questão dos incentivos proporcionados pelo Polo Tecnológico de Fortaleza (PTFOR), no âmbito de universidades, têm sido de certa forma inócuos, na medida que as empresas que estão sendo incubadas, de uma forma geral, são optantes do simples, e não têm ganho em termos de redução de até 60% de ISS. Acrescentou que espera que a PMF encontre formas alternativas que redundem em benefícios efetivos para estes tipos de empresas. **Cesar Cals Neto (Fiec)** considera que o modelo adotado pela PMF de multipolaridade de parques tecnológicos pode ser interessante e merece ser examinado.

Em relação ao grupo de Recursos Humanos, especialmente no que diz respeito ao Ensino Profissionalizante, **Alexandre Menezes (Titan)** informou que há necessidade de urgente coordenação e ampliação de cursos. Os esforços que estão sendo realizados, de forma

isolada, especialmente pelo Governo do Estado, CEFET(IFCE), SENAI e SENAC, dispersam os recursos existentes e trazem prejuízos, não se obtendo resultados desejados.

Sobre o tema P&D, **Alexandre Menezes (Titan)** demonstrou perplexidade pela falta de definição no âmbito da questão sucessória da FUNCAP, gerando incertezas em relação a manutenção das atuais estratégias. **Vasco Furtado (Funcap)** esclareceu que tem sido informado de que a política de desenvolvimento tecnológico, atualmente em vigor naquele órgão, será continuada, e acrescentou sugestão de que o documento em elaboração sobre este tema, viesse abordar a questão relativa à importação de cérebros, pois o programa ora em desenvolvimento pelo Governo Federal trás restrições que não permitirão mudanças estruturais no quadro atual de deficit de pesquisadores em particular na região nordeste. Assim, **Vasco Furtado (Funcap)** acredita que poderia ser solicitado ao Governador a destinação de recursos específicos para importação de pesquisadores em parceria com as empresas de TIC.

Aristides Pavani (CTI-NE) comentou que a CSTIC está tendo a oportunidade de ter tempo para preparar suas reivindicações para o encontro com o Governador do Estado, dado que, com a Câmara de Saúde esta reunião aconteceu quase sem tempo de preparação.

Rodrigo Pordeus (PMF), informou que a Prefeitura de Fortaleza já atingiu ao máximo possível de incentivos, e que nas conversas com o Governo do Estado foi discutido as possibilidades de inclusão de incentivos para beneficiamento de indústrias estruturantes. O que foi reiteradamente solicitado ao Governo do Estado é de que houvesse entendimentos em relação à política de incentivos pois a política atual é prejudicial ao município de Fortaleza, pois as empresas que aqui pretendem se localizar não se beneficiam de incentivos diferenciados. O que a PMF tem sugerido é que haja exceção nesta política de atração de empresas para o setor de tecnologia de informação. Acrescentou ainda que o balanço comercial relativo ao setor de TI é altamente desfavorável ao Ceará, da ordem de 10 a 15 para 1. Comentou que os grandes polos de tecnologia de Campinas e de outras regiões do Brasil e exterior, tiveram como requisito a proximidade e parceria com as universidades, e estas, no nosso caso, estão localizadas fundamentalmente em Fortaleza. Lamentou ainda que a UECE, UFC e IFCE não tenham se interessado em usufruir de benefícios fiscais previstos na política estabelecida pelo PTFOR, onde as universidades públicas, por definição, são beneficiárias natas.

Francisco Soares (ADECE) explicou a política de incentivos fiscais do Governo do Estado que pretende interiorizar a indústria, evitando a excessiva concentração na região metropolitana de Fortaleza, e exemplificou com a citação que 10% dos municípios da região nordeste detém 75% do PIB desta região. A atual política prioriza a geração de empregos e, em seguida, a localização geográfica, pois os investidores, de forma espontânea, em geral, tendem a localizar-se perto da capital. Acrescentou ainda que a política na área de tecnologia deve ser específica, considerando fatores intrínsecos ao setor.

Paulo Mendonça Jr. (Etice), fazendo referência a falta de preparação de mão de obra, sugeriu a democratização da academia. Observa-se dentro da ETICE que as empresas que

vêm de São Paulo, especialmente de Campinas, estão integradas com centros de tecnologias de universidades daquela região, e exemplificou que dentro do programa de cidades digitais, não se tem observado no Ceará, a academia apoiar às prefeituras nem fazer parcerias com as empresas, para aproveitarem as oportunidades oferecidas por estes programas de investimentos.

Em relação ao segundo item da pauta, Missões da CSTIC (Nacionais e Internacionais), **Alexandre Menezes (Titan)** fez referências ao apoio do Sebrae a diversas missões internacionais e relatou as experiências que ocorreram em outros estados. Sobre este assunto, **Cesar Cals Neto (Fiec)** acrescentou que ao lado de missão internacional, possivelmente ao Vale do Silício, considera oportuno, em paralelo, planejamento de missão nacional ao Polo de Tecnologia de Campinas. **Ricardo Colares (Unifor)** e **Aristides Pavani (CTI-NE)** sugeriram que a visita à Campinas fosse estendida ao Polo de Tecnologia de São José dos Campos, em função de sua importância.

Na oportunidade foi levantado a possibilidade de que este projeto Missão da CSTIC fosse desdobrada em uma parte internacional que poderia receber patrocínio do SEBRAE/CE e outra parte nacional que entraria como contrapartida das entidades participantes.

Edilson Azim (Sebrae/CE) informou que o Sebrae tem como um de seus programas, apoiar missões como a que está sendo discutida, e sugeriu que a CSTIC encaminhasse documento, para análise do (Sebrae/CE), com demanda relativa a este assunto.

Na oportunidade **Alexandre Menezes (Titan)** solicitou a **Janete Lucena (Titan)** que elaborasse projeto para envio ao Sebrae de Missão da CSTIC com uma parte internacional e outra parte nacional que entraria como contrapartida, conforme exposto anteriormente.

Alexandre Menezes (Titan) comentou a importância do próximo encontro no BNB, tendo **Adriano Bessa (BNB)** confirmado a disponibilidade do banco para receber este encontro e informou que na primeira parte da reunião haverá exposição de Laércio de Matos Ferreira, técnico do BNB, autor da tese "A Inovação Tecnológica e as Dinâmicas Locais - Estudo Comparativo de APLs de Software no Nordeste do Brasil", que também analisa o Porto Digital de Recife, e numa segunda parte, serão apresentados linhas de financiamento do BNB para o setor.

Carlos Arthur (ITIC) comunicou a entrega à Adece do documento "**Caracterização do Setor de Tecnologia da Informação do Ceará (Relatório da Pesquisa)**". Este trabalho foi executado pelo ITIC - Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação, com apoio da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (Adece)/Instituto Agropolos do Ceará e da Câmara Setorial de Tecnologia da Informação e Comunicação (CSTIC), informando ainda que este documento seria igualmente encaminhado ao INDI/FIEC, para dar sequência à segunda etapa do estudo "**O Setor da Tecnologia da Informação no Estado do Ceará**" que envolveu diagnóstico (Censo), a cargo do ITIC, e proposição de política de desenvolvimento do setor, a cargo do INDI/FIEC. Comentou ainda as dificuldades na realização deste trabalho, tendo em vista a desatualização das listas oficiais das empresas de TIC do Ceará, de forma que das 840 empresas existentes,

330 receberam questionários, e 240 efetivamente responderam às questões, tendo sido revelados, entre outros, aspectos reais de distribuição geográfica, como uma alta concentração em Fortaleza. **Cesar Cals Neto (Fiec)** fez referência a pesquisa que está sendo feita pelo INDI tratando de como a inovação está sendo vista e implementada pelas empresas industriais do Ceará.

Em relação ao terceiro item da pauta, **Alexandre Menezes (Titan)** solicitou aos grupos temáticos da CSTIC que aprofundassem as discussões sobre as exposições de motivos que serão levadas ao Governador do Estado. **Cesar Cals Neto (Fiec)** relacionou, em princípio, os nomes seguintes, e solicitou aos demais membros que se inserissem nos grupos de suas preferências.

- **Políticas Tributárias e Financiamento: Alexandre Menezes (Titan) e Charles Boris (Assespro/CE);**
- **Recursos Humanos: Marcus Vinicius Veloso (FIEC), Ticiane Gonçalves (Secitece), Paulo Mendonça Jr. (Etice), Wagner Fortes (Fecomércio) e Carlos Arthur (ITIC);**
- **P&D/Inovação: Ricardo Colares (Unifor), Vasco Furtado (Funcap), Carlos Arthur (ITIC) e Marcial Fernandez (Etice);**
- **Compras Governamentais: Alexandre Menezes (Titan), Marcio Braga (ASSESPRO/CE), Ozair Gomes (SEITAC), Rodrigo Pordeus (PMF) e Edilson Azim (Sebrae);**
- **Polos de Tecnologia: Aristides Pavani (CTI-NE), Adriano Bessa (BNB), Rodrigo Pordeus (PMF), Ricardo Colares (Unifor) e Cesar Cals Neto (Fiec);**